

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE UnB PLANALTINA  
CURSO DE GESTÃO DO AGRONEGÓCIO

# IDH e Concentração Fundiária nos Municípios Brasileiros

RELATÓRIO DE ESTÁGIO

Luciana Larissa Mesquita Mendes

Brasília/DF

2011

# RELATÓRIO DE ESTÁGIO

Cumprimento da disciplina Estágio Supervisionado para obtenção do título de graduação em Gestão do Agronegócio apresentado à Universidade de Brasília – UnB.

Orientadores: Prof. Dr. Sérgio Sauere Assessor de Políticas Agrárias Zaré Augusto Brum.

Brasília/DF

2011

## SUMÁRIO

Introdução.....	01
1. Caracterização da Organização.....	02
2. Objetivos do estágio.....	04
2.1. Objetivos específicos.....	04
2.2. Justificativas e atividades do estágio.....	04
3. A principal atividade do estágio: A pesquisa.....	06
3.1. Referencial teórico da pesquisa.....	06
3.2. Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).....	08
3.3. Índice de GINI.....	09
3.4. Estrutura Fundiária.....	10
4. Seleção dos municípios analisados na pesquisa.....	14
5. Resultado parcial da pesquisa.....	15
Conclusão.....	31
Referências Bibliográficas.....	32

## INTRODUÇÃO

O estágio supervisionado foi realizado na CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), no período de 10 de outubro a 19 de dezembro de 2011. A Contag luta há muitos anos pelos direitos dos trabalhadores rurais e pelos interesses da Agricultura Familiar. Dentre suas reivindicações está a Reforma Agrária que foi o principal tema das atividades exercidas e da pesquisa realizada durante o estágio.

A agricultura familiar possui um papel importante no mercado e no desenvolvimento brasileiro, devido a sua capacidade de geração de emprego e renda, a baixo custo de investimento, assim como por sua capacidade de produzir alimentos a um menor custo. Essa produção, na maioria das vezes, é feita de forma diversificada, sendo consumida pela própria família nos mercados locais, e com menores danos ambientais. Para que a Agricultura Familiar se estabeleça é necessário um local adequado para se trabalhar, por isso há a necessidade da Reforma Agrária. O agricultor com terra suficiente e qualificação traria muitos ganhos para o Agronegócio e para o desenvolvimento do país.

O relatório foi estruturado segundo às normas da UnB e às orientações do professor Sérgio Sauer, tendo-se assim o trabalho dividido em três partes: introdução, desenvolvimento, conclusão. A primeira parte compreende a introdução, a caracterização da empresa, os objetivos, a justificativa e as atividades de estágio. A segunda parte, apresentam-se a revisão de literatura e resultados iniciais da pesquisa, na terceira, tem-se as considerações finais e referências bibliográficas.

## 1. CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) é a maior entidade sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais da atualidade. Foi fundada em 22 de dezembro de 1963, no Rio de Janeiro. Na época existiam 14 federações e 475 Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Hoje, são 27 federações que reúnem cerca de 4 mil sindicatos rurais e 20 milhões de trabalhadores e trabalhadoras do campo (CONTAG, 2011).

A trajetória da CONTAG é fruto de organização, trabalho, articulação e movimentação dos sindicatos, que atuam nos municípios, das federações que estão nos estados e a CONTAG como Confederação atua em âmbito nacional.

Hoje, a CONTAG está organizada para atender as especificidades das diversas áreas através de doze secretarias: Assalariados Rurais; Finanças e Administração; Formação e Organização Sindical; Jovens; Meio Ambiente; Mulheres; Política Agrária; Política Agrícola; Políticas Sociais; Relações Internacionais; Secretaria Geral e Terceira Idade.

O Estágio Supervisionado foi realizado na Secretária de Política Agrária que trata de assuntos como concentração fundiária e reforma agrária. As funções exercidas na secretária estão divididas entre o diretor e seus assessores.

O reconhecimento oficial da Contag ocorreu em 31 de janeiro de 1964, por meio do Decreto Presidencial nº 53.517. O golpe militar de 1964 resultou em intervenção na entidade e prisão e exílio de vários dirigentes. O Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) retomou a entidade em 1968, derrotando o interventor (CONTAG, 2011). A Contag luta pelos direitos dos trabalhadores rurais levando princípios como igualdade, justiça e conservação da natureza. Representa os interesses dos trabalhadores e trabalhadoras rurais assalariados, permanentes ou temporários; os agricultores e agricultoras familiares, assentados pela reforma agrária ou não; e, ainda, daqueles que trabalham em atividades extrativistas.

PADRSS - Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável Solidário

A Contag com os anos conseguiu demonstrar que se trata de uma entidade sindical firme em seus propósitos e alcançou o respeito em âmbito

nacional. Com isso foi possível a implementação do PADRSS, que propõe novo tipo de relação entre o campo e a cidade, e a perspectiva de um projeto de desenvolvimento que inclua a equidade de oportunidades, justiça social, preservação ambiental, soberania e segurança alimentar, e crescimento econômico (CONTAG, 2011).

Segundo informações do site da própria Contag (2011), o ponto de partida para a elaboração do PADRSS foi a concepção de desenvolvimento rural sustentável, cujos eixos se fundamentam na luta pela reforma agrária; no fortalecimento da agricultura familiar; na luta pelos direitos trabalhistas e por melhores condições de vida para os assalariados e as assalariadas rurais; na construção de novas atitudes e valores para as relações sociais de gênero; e geração e na luta por políticas sociais e pela democratização dos espaços públicos.

A implementação desses eixos levou à nova organização da estrutura e da agenda sindical da Contag. Foram criadas secretarias específicas por frentes de lutas. As mudanças possibilitaram à Contag apresentar uma proposta de política de crédito diferenciada para a agricultura familiar, que contou com o apoio das entidades parceiras. Foi uma contribuição essencial para a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que permanentemente é modificado com o propósito de atender a todas as necessidades dos agricultores e agricultoras familiares de nosso país (CONTAG, 2011).

A Agricultura Familiar é responsável por oitenta por cento dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros, porém, ocupa apenas vinte e cinco por cento da área agrícola do País. A redistribuição fundiária (espaço físico) e reforma agrícola (atividade econômica e social) é considerada essencial para o desenvolvimento econômico e social de um país. Ela daria oportunidade às populações rurais carentes, os camponeses pobres que não têm condições de prover sua subsistência. Ao mesmo tempo, transferiria terras improdutivas dos grandes proprietários, que não as aproveitam apropriadamente, as fornecendo aos pequenos agricultores, o que levaria ao aumento de sua produtividade.

Conforme mencionado anteriormente, o estágio supervisionado foi realizado na Secretária de Política Agrária, que trata das necessidades dos trabalhadores rurais relacionados à Reforma Agrária, Regularização Fundiária

e Políticas de Crédito Fundiário. Na CONTAG, o estágio foi orientado pelo assessor de Política Agrária Zaré Augusto Brum, que atualmente está realizando uma pesquisa sobre a relação entre a concentração de terra, utilizando o Índice de GINI, e o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), sendo que parte significativa das atividades do estágio estavam diretamente relacionadas a tal pesquisa.

## **2. OBJETIVOS DO ESTÁGIO**

O Objetivo Geral do Estágio foi conhecer o universo das lutas no campo e dos movimentos sindicais rurais e como estas lutas se relacionam para o desenvolvimento da Reforma Agrária e Agricultura Familiar no Brasil.

### **2.1. Objetivos específicos**

- a) Conhecer a CONTAG e suas bandeiras de lutas e reivindicações ;
- b) Entender como a Gestão do Agronegócio pode contribuir para a administração de entidades representativas da Agricultura Familiar;
- c) Estudar fatores relacionados à concentração fundiária (GINI) que influenciam no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios brasileiros.

### **2.2. Justificativa e atividades do estágio**

O estágio foi realizado na Contag devido à oportunidade de entrar em um projeto no âmbito da Agricultura Familiar e na luta dos trabalhadores rurais. A Contag tem participado ativamente no desenvolvimento da Agricultura Brasileira, realizando paralelamente às negociações com o Estado, pesquisas, encontros, seminários e diversos cursos, com o intuito de apresentar as autoridades competentes, dados consistentes da realidade campesina.

As atividades no estágio foram realizadas a fim de conhecer o trabalho da Contag como um todo, não se limitando apenas à Secretaria de Política Agrária. Entre as atividades, uma foi a participação na Pesquisa: “Perfil socioeconômico e condições de vida das mulheres trabalhadoras do campo e da floresta”. A pesquisa tinha como principal objetivo conhecer de perto como está a vida das mulheres no campo e foi fruto de uma parceria entre a CONTAG

e o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) .Foram entrevistadas mais de 500 mulheres durante a realização da Marcha das Margaridas 2011.

A Marcha é um movimento de afirmação da mulher na luta pela democratização e pela melhoria da qualidade de vida no ambiente rural brasileiro. Acontece de quatro em quatro anos para mostrar a realidade das mulheres do campo e da floresta, seus problemas e desafios numa ação de diálogo com a sociedade e o Estado, também são feitas denúncia e pressão, além de propostas e negociações. Ganhou esse nome em alusão a Margarida Alves, presidente do Sindicato Rural de Alagoa Grande, Paraíba, assassinada em 1983, na porta de sua casa.

A pesquisa foi realizada por uma equipe, em sua maioria mulheres e estudantes da Universidade de Brasília (UnB). Por ser uma pesquisa com objetivos quantitativos utilizou-se como instrumento o questionário, com perguntas fechadas. Porém, ao final do questionário poderiam ser descritas observações, que possibilitou às entrevistadas registrarem suas opiniões. Com o decorrer do evento as mulheres eram convidadas a participar da pesquisa, respondendo às perguntas e conversando sobre o cotidiano no campo e na floresta no espaço reservado do IPEA.As entrevistadas relataram aspectos de suas vidas, marcadas por profundas adversidades e situações de violência. As mulheres valorizaram muito a pesquisa, pois tiveram a oportunidade da escuta de seus problemas cotidianos e, em vários momentos, se expressaram com profunda emoção.

Outra atividade foi a participação na organização do “Encontro Regional Norte e Centro-Oeste sobre o PNCF (Programa Nacional de Crédito Fundiário)”. A Secretária de Políticas Agrárias trouxe presidentes dos Sindicatos de diversos municípios dessas regiões para apresentar e debater sobre o Programa Nacional de Crédito Fundiário. O PNCF é uma política pública do Governo Federal criada para que trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra ou com pouca terra possam adquirir imóveis rurais para exploração em regime de economia familiar.

O programa funciona como política complementar a reforma agrária, uma vez que permite a incorporação de áreas que não podem ser desapropriadas, ampliando a redistribuição de terras no Brasil. O financiamento é realizado com recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária e do

orçamento da União e pode ser executado em todo território Nacional. O Encontro possibilitou a discussão dos problemas sofridos por quem necessita do programa e a importância da Reforma Agrária para quem trabalha no campo.

A principal atividade realizada no Estágio Supervisionado foi no desenvolvimento da pesquisa ainda em andamento, que trata de uma possível influência da Concentração Fundiária, utilizando o índice de GINI sobre o IDH dos municípios brasileiros, conforme item seguinte.

### **3. A Principal atividade do estágio: A PESQUISA**

A pesquisa tem como objetivo identificar e analisar fatores da Concentração Fundiária que influenciam e afetam o IDH dos municípios. Foram coletados diversos dados do IBGE e PNUD sobre a distribuição de terras e estrutura fundiária, IDH e economia de 200 municípios brasileiros. As coordenadas foram feitas pelo Professor Sergio Sauer e pelo Assessor da Secretaria de Política Agrária Zará Augusto Brum. Juntamente com a Contag, pretende-se fixar uma parceria com a Universidade de Brasília (UnB). As atividades do estágio apenas iniciaram a pesquisa que continua em andamento, apesar da finalização do estágio.

#### **3.1. Referencial Teórico da Pesquisa**

O processo de modernização da agricultura brasileira, acelerou a exclusão social e a degradação ambiental no campo brasileiro, incrementando a luta por reivindicações históricas do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - MSTR, que surgem para superar os prejuízos sociais e políticos causados pelo modelo agrário e agrícola imposto ao país. Este processo de desenvolvimento e as recentes transformações no meio rural, mantendo o seu caráter concentrador de terra e renda, criam demandas e exigem respostas cada vez mais complexas por parte do movimento sindical (CONTAG, 2011).

Segundo a Contag (2003), até recentemente havia uma identificação entre desenvolvimento e crescimento econômico. Isto permitia que o desenvolvimento dos países fosse medido apenas pelos níveis da renda per capita. Esta identificação, porém, tem sido amplamente contestada

especialmente porque crescimento e desigualdade social têm andado lado a lado. Análises que levam em conta apenas a renda per capita mascaram o grau de concentração da riqueza numa sociedade.

O debate sobre o significado real de desenvolvimento levou a estudos para estabelecer parâmetros capazes de avaliar o nível de vida das pessoas de uma forma mais adequada. A criação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é fruto deste esforço por uma melhor avaliação da qualidade de vida em cada país (CONTAG, 2011).

O MSTR entende que não há desenvolvimento no meio rural sem educação, saúde, garantias previdenciárias, salários dignos, erradicação do trabalho infantil e escravo, respeito à autodeterminação dos povos indígenas e preservação do meio ambiente. As lutas das trabalhadoras e trabalhadores pela terra, política agrícola diferenciada, políticas sociais e direitos trabalhistas se inserem, portanto, na construção de um projeto alternativo de desenvolvimento baseado na expansão e fortalecimento da agricultura em regime de economia familiar.

Atualmente já existem diversos estudos paralelos às pesquisas da Contag evidenciando que o próprio crescimento dos países chamados de economia semi-periférica depende da redução das desigualdades. O diretor do Instituto de Desenvolvimento Social do BIRD afirmou que "A redução das desigualdades, além de ser fundamental para uma sociedade e básica para uma democracia, é estratégica para a obtenção de desenvolvimento real e sustentado".

### **3.2. Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)**

O Conceito do desenvolvimento é a base do IDH. Ele parte do pressuposto de que para aferir o avanço de uma população não se deve considerar apenas a dimensão econômica, mas também outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana (PNUD, 2011).

O objetivo da elaboração do Índice de Desenvolvimento Humano é oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. Criado por Mahbubul Haq com a colaboração do economista

indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998, o IDH pretende ser uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano (PNUD, 2011).

Segundo o site do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), para produzir os RDHs, Mahbub ul Haq reuniu um grupo de economistas bem conhecidos, incluindo: Paul Streeten, Frances Stewart, Gustav Ranis, Keith Griffin, Sudhir Anand e Meghnad Desai. Mas foi o trabalho de Amartya Sen sobre capacidades e funcionamentos que forneceu o quadro conceptual subjacente. Haq tinha certeza de que uma medida simples, composta pelo desenvolvimento humano, seria necessária para convencer a opinião pública, os acadêmicos e as autoridades políticas de que podem e devem avaliar o desenvolvimento não só pelos avanços econômicos, mas também pelas melhorias no bem-estar humano. Sen, inicialmente se opôs a esta ideia, mas ele passou a ajudar a desenvolver, junto com Haq, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Sen estava preocupado de que seria difícil capturar toda a complexidade das capacidades humanas em um único índice, mas Haq o convenceu de que apenas um número único chamaria a atenção das autoridades para a concentração econômica do bem-estar humano.

Além de computar o PIB per capita, depois de corrigi-lo pelo poder de compra da moeda de cada país, o IDH também leva em conta dois outros componentes: a longevidade e a educação. Para aferir a longevidade, o indicador utiliza números de expectativa de vida ao nascer. O item educação é avaliado pelo índice de analfabetismo e pela taxa de matrícula em todos os níveis de ensino. A renda é mensurada pelo PIB per capita, em dólar PPC (paridade do poder de compra, que elimina as diferenças de custo de vida entre os países). Essas três dimensões têm a mesma importância no índice, que varia de zero a um (PNUD, 2011).

Apesar de ter sido publicado pela primeira vez em 1990, o índice foi recalculado para os anos anteriores, a partir de 1975. Aos poucos, o IDH tornou-se referência mundial. (PNUD, 2011)

O índice varia de zero (nenhum desenvolvimento humano) até 1 (desenvolvimento humano total), sendo os países classificados deste modo:

- Quando o IDH de um país está entre 0 e 0,499, é considerado baixo;

- Quando o IDH de um país está entre 0,500 e 0,799, é considerado médio;
- Quando o IDH de um país está entre 0,800 e 1, é considerado alto.

### **3.3 Índice de GINI**

O índice ou coeficiente de GINI é uma medida de concentração ou desigualdade. É comumente utilizada para calcular a desigualdade da distribuição de renda. O índice de GINI aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de "0 a 1", onde o zero corresponde a completa igualdade de renda, ou seja, todos têm a mesma renda e 1 que corresponde à completa desigualdade, isto é, uma só pessoa detém toda riqueza, e as demais nada tem. (ESCOSSIA, 2009).

O índice de GINI, também pode ser utilizado para medir o grau de concentração de qualquer distribuição estatística, tais como, medir o grau de concentração de posse de terra em uma região, da distribuição da população urbana de um país pelas cidades, de uma indústria considerando o valor da produção ou o número de empregados de cada empresa, dentre outros (ESCOSSIA, 2009).

O índice de GINI, foi criado pelo matemático italiano Conrado Gini, e publicado no documento "Veriabilità e Mutabilità" em 1912 (ESCOSSIA, 2009).

### **3.4 Estrutura Fundiária**

O debate sobre a Questão Agrária no Brasil é histórico. Iniciou-se na época do Brasil Colônia (Sesmarias e Capitânicas Hereditárias) e, mais tarde, durante os ciclos do açúcar, do algodão e do café, sempre fazendo parte da pauta social e política do país. A posse da terra se caracterizou principalmente pela alta concentração, gerando pobreza e conflitos sociais no campo. Este problema nunca foi equacionado, fazendo com que o Brasil entrasse na era moderna sem resolvê-lo (INCRA, 1999).

A atual concentração fundiária no Brasil também é fruto de uma política pública, promovida pelo governo militar com a disponibilização de recursos para crédito rural subsidiado. Em outras palavras, a atual situação social do

campo brasileiro foi financiada com recursos públicos, porque ampliou e aprofundou a concentração da propriedade da terra e a exclusão social (SAUER, 2007).

Na década de 70, o fenômeno da “Revolução Verde”, que promoveu uma “modernização conservadora” da agricultura brasileira por meio do incentivo à produção para exportação e da adoção de tecnologias baseadas no uso de máquinas e insumos químicos, contribuiu para agravar de forma significativa a questão agrária e, mais particularmente, a situação dos assalariados rurais e dos agricultores familiares, sejam eles proprietários, arrendatários, parceiros ou posseiros (INCRA, 1999).

As situações agrárias e agrícolas brasileira sofreram profundas mudanças, pois este processo de transformação tecnológica possibilitou a sua integração à dinâmica industrial de produção e criação dos complexos agroindustriais. Por outro lado, a resistência da população rural a este processo de modernização, expropriação e exclusão tem mantido o meio rural, seus problemas e perspectivas, na agenda política nacional e nas reflexões que apontam a necessidade de rever as bases do atual modelo de desenvolvimento no Brasil (SAUER, 2007).

Esse período é caracterizado pelo aumento da concentração da posse da terra e do desemprego rural, provocando um forte êxodo de assalariados e agricultores familiares, que também eram atraídos pelo desenvolvimento industrial nos grandes centros urbanos e pela perspectiva de trabalho e de melhores condições de vida (INCRA, 1999).

De acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a partir do início dos anos 80, o esgotamento do modelo de desenvolvimento urbano industrial implementado no Brasil diminuiu significativamente as possibilidades de novos empregos nas indústrias. Associadas a isto, as limitações impostas aos instrumentos de política agrícola contribuíram para o aumento do número de famílias sem ou com pouca terra, resultando no aumento do número de famílias sem ou com pouca terra, resultando no aumento da organização dos agricultores “sem terra” e na necessidade da realização da reforma agrária.

Nos anos 90 a política agrária e agrícola no Governo FHC se tornou mais explícita no seu segundo mandato. Dentro de uma lógica neoliberal, as

políticas para o rural foram concentradas na produção de commodities pelo agrobusiness para exportação. Diversas políticas e programas foram criados para incentivar a produção em escala para exportação, relegando a segundo plano a reforma agrária e a política destinada aos setores familiares (SAUER, 2007).

Foram criados projetos de assentamentos pontuais e dispersos geograficamente, a maioria localizada em regiões pouco dinâmicas (porque as terras eram mais baratas). O acesso à terra não era acompanhado de investimento e infra-estrutura ou recursos para a produção, dificultando a sobrevivência das famílias. Esta política de assentamentos tinha um caráter explicitamente compensatório, ou seja, o acesso a terra (tanto pela desapropriação como pela compra da terra) tinha como objetivo amenizar a pobreza e a fome no meio rural (SAUER, 2007)

Em 2002, houve uma significativa mudança política com a vitória de Lula, eleito Presidente da República, reacendendo esperanças em torno da realização de uma reforma agrária no Brasil. Isso porque o Partido dos Trabalhadores (PT) sempre foi um defensor incondicional da necessidade de democratização da propriedade fundiária, constituindo-se em um “intelectual orgânico” da luta pela terra ou, pelo menos, um importante porta-voz político das demandas históricas por terra e trabalho (SAUER, 2007).

Porém no final de 2003, o Governo Lula assumiu um Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA), mas sua implementação (com metas rebaixadas) ficou a desejar, sendo que houve divergência entre os movimentos sociais e os setores do Governo sobre a efetivação das metas. A Reforma agrária e as demandas históricas dos trabalhadores sem terras, nem de longe, se constituíram em prioridades do primeiro mandato do Governo Lula (SAUER, 2007).

A partir das alianças políticas, não houve qualquer mudança significativa do atual modelo agropecuário e agrário, mas sim um aprofundamento e consolidação do mesmo no Governo Lula. Uma mudança desse tipo exigiria, entre outras medidas, a efetiva democratização da propriedade fundiária, dando acesso a milhões de famílias e à implementação de políticas que fortaleçam a agricultura familiar. (SAUER, 2007).

De acordo com Guilherme Delgado (2005) , atualmente a situação fundiária apresenta dois perfis básicos: (a) ela mantém a sua desigualdade, não obstante o novo ordenamento de direito agrário que prescreve o princípio de função social da propriedade fundiária; (b) os procedimentos e omissões da política fundiária do poder Executivo e dos demais poderes de estado arbitram contraditoriamente a reprodução dessa desigualdade.

Na tabela a seguir é possível visualizar a distorção da estrutura fundiária atual. As propriedades da Agricultura Familiar são mais numerosas, porém a área ocupada é muito pequena em relação às propriedades patronais, demonstrando a concentração das terras brasileiras.

**Tabela 1: Número de estabelecimentos e Área dos estabelecimentos agropecuários.**

Regiões	Total	%	Ag. Fam.	%	Área Total	%	Área Agr. Familiar	%
Brasil	5.175.489	100	4.367.902	84,4	329.941.393	100	80.250.453	24,32
Norte	475.775	100	699.978	75,9	54.787.297	100	12.789.019	23,58
Nordeste	2.454.006	100	849.997	84,5	75.594.442	100	13.066.591	31,47
Sudeste	922.049	100	217.531	68,5	54.236.169	100	9.414.915	9,07
Sul	1.006.181	100	2.187.295	89,1	41.526.157	100	28.332.599	37,48
Centro-Oeste	317.478	100	413.101	86,8	103.797.329	100	16.647.328	30,39

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário

As condições de expansão agrícola vinculadas à uma inserção externa dependente, ao perfil da dupla super-exploração dos recursos naturais e do trabalho humano e a forma de extração do excedente econômico, fortemente vinculada da renda fundiária configuram novos ingredientes de uma questão agrária muito além dos limites setoriais da agricultura. Em última instância caracterizam um estilo típico do subdesenvolvimento, que se repõe em pleno século XXI e do qual os latifúndios são integrantes do peso. Mas a caracterização dessa questão agrária é mais geral e requer um enfrentamento dentro e fora do modelo agrícola hegemônico (DELGADO, 2011).

Deve-se atentar para o fato de que a eventual emergência de crises financeiras globais que desestruturassem a demanda externa por “commodities” e retraíssem a liquidez do mercado internacional de capitais, inibiriam também a expansão dos setores primário-exportadores. Com isto, o

padrão de crescimento assentado nesses setores se veria comprometido. Essa hipótese de crise do modelo atual, abre oportunidade para o país mudar o seu atual perfil de inserção externa (DELGADO, 2011).

De acordo com Claudia Schimitt (2011), outra característica preocupante da estrutura fundiária atual é o Land grabbing (apropriação de terras, em larga escala, pelo capital estrangeiro). Os principais investidores são empresas, bancos, fundos de pensão e governos. Os dados do INCRA (2011) demonstram que no Brasil existem 34.371 imóveis pertencentes a estrangeiros ocupando 4,3 milhões de há. E esse processo se estende em escala mundial, nos últimos cinco anos entre 50 e 80 milhões de hectares de terra foram negociados por investidores internacionais, principalmente nos países Sul.

A Reforma agrária é uma alternativa viável como geradora de empregos e renda frente a uma economia globalizada, mas seu êxito está diretamente vinculado ao sucesso da agricultura familiar como um todo. A política fundiária não pode ser trabalhada de forma isolada, necessitando uma forte ligação com as políticas públicas, principalmente agrícolas, voltadas para a construção de um modelo de desenvolvimento rural que fortaleça a agricultura familiar (INCRA, 1999).

#### **4. Seleção dos municípios analisados na Pesquisa**

Utilizou-se como base para estudo os 20 municípios de maior IDH e os 20 municípios de menor IDH de cada região, ambos com população residente menor que 50000 habitantes, totalizando 200 municípios. Observando também características como a estrutura fundiária desses municípios e como a Agricultura Familiar vem influenciando essas regiões.

Realizou-se um primeiro recorte com o objetivo de identificar os 200 municípios em que o desenvolvimento tenha uma qualidade especial (pelo IDH) e que o dinamismo econômico esteja mais relacionado a atividade agropecuária. Identificados os 200 municípios de maior e menor IDH, foram levantados dados para montar a tabela com os seguintes indicadores de cada município : % da população rural em relação a urbana; PIB per capita, no município; % do valor agregado agropecuário em relação ao PIB; Valor Agregado Agropecuário per capita (em relação a população rural); Percentual dos valores adicionados de indústria a serviços em relação ao PIB; Razão

entre V.A per capita agropecuário em relação ao PIB per capita; Média entre % da pop rural e do Valor Agregado agropecuário per capita.

Com estes indicadores, foi possível observar uma distinção entre os municípios em que a dinâmica econômica está mais relacionada as atividades agropecuárias, levando em consideração principalmente os percentuais do Valor Agregado Agropecuário em relação aos % dos VAs da indústria e dos serviços, mas também outros elementos, como % da população rural e a relação entre PIB per capita e VA da Agropecuário per capita.

Após essa etapa, foram acrescentados os dados seguintes a fim de enriquecimento para a análise posterior: IDH desmembrado (IDH Renda, IDH Educação e IDH Longevidade); Gini da Renda.

Os dados utilizados para a análise da estrutura fundiária foram os seguintes: Gini da Terra; Número total de estabelecimentos agropecuários; Área total dos estabelecimentos agropecuários; Número de estabelecimentos da Agricultura Familiar; Área dos estabelecimentos da Agricultura Familiar; Valor da produção dos estabelecimentos. Todos os dados e informações deram um panorama geral dos 200 municípios selecionados.

## **5. Resultado parcial da pesquisa**

Os resultados parciais da pesquisa se deram por uma análise inicial feita nas atividades do estágio, porém não representa o resultado final, pois a pesquisa não foi concluída e as análises terão continuidade.

Após a coleta, os dados foram organizados em planilhas, separando os municípios de maior IDH e os municípios de menor IDH e as regiões. Primeiramente construiu-se uma tabela contendo todos os dados. Como os dados são diversos, isso contribuiu para a construção de mais tabelas mesclando as mais variadas informações comparando com o IDH dos municípios, como nos exemplos abaixo:

**Tabela 2: Os 20 municípios de maior IDH com População Residente menor que 50.000 habitantes da Região Norte.**

Ref	Código	UF	Município	IDHM, 2000	Índice de Gini Terra	Índice de Gini Renda
1	150503	PA	Novo Progresso	0,76	0,66	0,54
2	110018	RO	Pimenta Bueno	0,75	0,79	0,60
3	170386	TO	Cariri do Tocantins	0,75	0,76	0,58
4	110005	RO	Cerejeiras	0,75	0,80	0,60
5	171820	TO	Porto Nacional	0,75	0,83	0,60
6	170610	TO	Cristalândia	0,75	0,66	0,59
7	130353	AM	Presidente Figueiredo	0,74	0,53	0,64
8	110006	RO	Colorado do Oeste	0,74	0,61	0,57
9	110009	RO	Espigão d'Oeste	0,74	0,74	0,64
10	171650	TO	Pedro Afonso	0,74	0,70	0,59
11	170070	TO	Alvorada	0,73	0,64	0,55
12	150775	PA	Sapucaia	0,73	0,85	0,56
13	171575	TO	Palmeirópolis	0,73	0,68	0,61
14	110015	RO	Ouro Preto do Oeste	0,73	0,53	0,60
15	140030	RR	Mucajá	0,73	0,57	0,59
16	150790	PA	Soure	0,72	0,73	0,60
17	110149	RO	São Franc. do Guaporé	0,72	0,69	0,54
18	160010	AP	Amapá	0,72	0,80	0,61
19	160053	AP	Porto Grande	0,72	0,90	0,62
20	170310	TO	Barrolândia	0,72	0,68	0,57
			Média	0,74	0,71	0,59

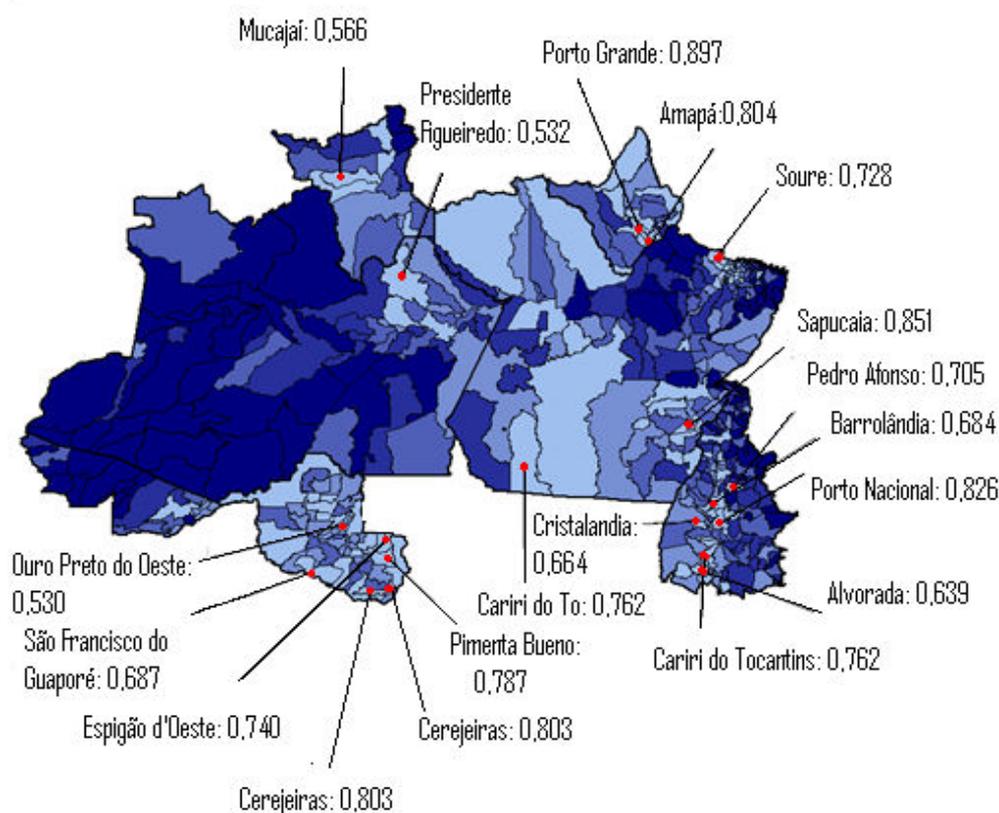
**Tabela 3: Os 20 municípios de menor IDH com População Residente menor que 50.000 habitantes da Região Nordeste**

Ref	Código	UF	Município	IDHM, 2000	Índice de Gini Terra	Índice de Gini Renda
1	240850	MA	Brejo de Areia	0,50	0,67	0,53
2	240010	PI	Caxingó	0,50	0,71	0,57
3	231310	AL	Porto de Pedras	0,50	0,75	0,62
4	260570	AL	Poço das Trincheiras	0,50	0,73	0,70
5	251710	MA	Fernando Falcão	0,50	0,69	0,59
6	291320	PI	Betânia do Piauí	0,50	0,82	0,49
7	290500	MA	Belágua	0,50	0,69	0,69
8	260775	MA	Matões do Norte	0,50	0,49	0,53
9	290110	PI	Milton Brandão	0,49	0,88	0,60
10	290850	PB	Cacimbas	0,49	0,87	0,63
11	231250	PI	Murici dos Portelas	0,49	0,73	0,64
12	240740	MA	Governador Newton Bello	0,49	0,81	0,55
13	240360	MA	Lagoa Grande do Maranhão	0,49	0,87	0,56
14	292950	MA	Santana do Maranhão	0,49	0,86	0,57
15	240480	PI	Caraúbas do Piauí	0,49	0,60	0,54
16	240720	MA	Araioses	0,49	0,81	0,62
17	292200	MA	Centro do Guilherme	0,48	0,85	0,68
18	250215	PI	Guaribas	0,48	0,82	0,59
19	240080	AL	Traipu	0,48	0,75	0,74
20	240070	PE	Manari	0,47	0,64	0,72
			Média	0,49	0,75	0,61

A partir das tabelas e dados obtidos foi possível a elaboração de gráficos que permitiram uma melhor visualização. Os resultados da pesquisa permitem comprovar ou estabelecer a relação entre a concentração de terra (Índice de GINI) e o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano).

Os dados dos 20 municípios de maior IDH e os 20 municípios de menor IDH permitiram uma melhor visualização de linhas de tendência, conforme se pode observar por figuras e discussão que se segue.

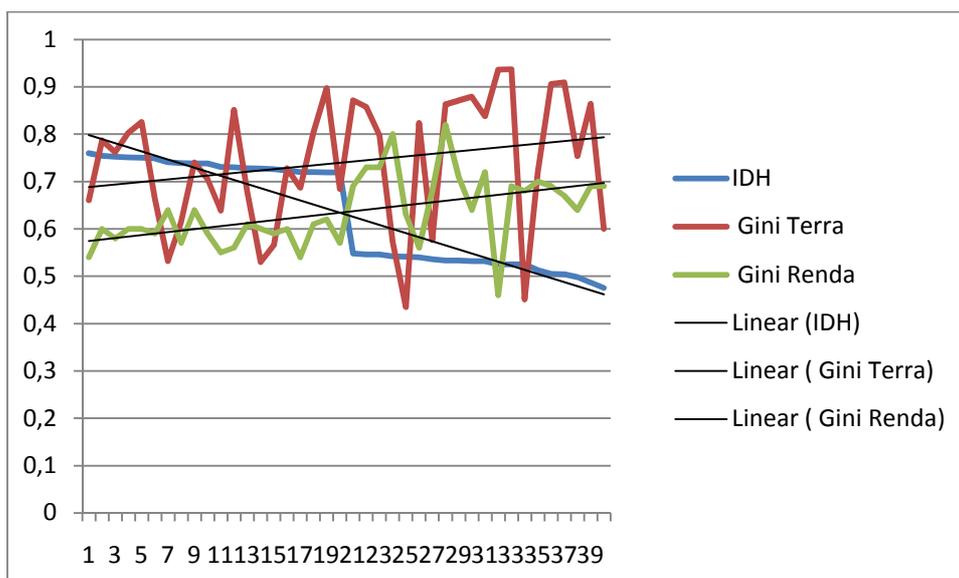
**Figura 1: Mapa Região Norte – Os 20 Municípios de maior IDH.**



Legenda	
0,475 a 0,622	(91)
0,623 a 0,658	(89)
0,659 a 0,678	(90)
0,679 a 0,710	(91)
0,711 a 0,806	(88)

Na figura acima se observa o mapa da região Norte e onde estão localizados os 20 municípios de maior IDH, o Gini da terra que está identificado ao lado dos municípios e o IDH que pode ser visualizado de acordo com a cor do mapa, quanto mais escura mais crítica é a situação do município e menor é seu IDH, que se repetirá nas figuras abaixo das demais regiões.

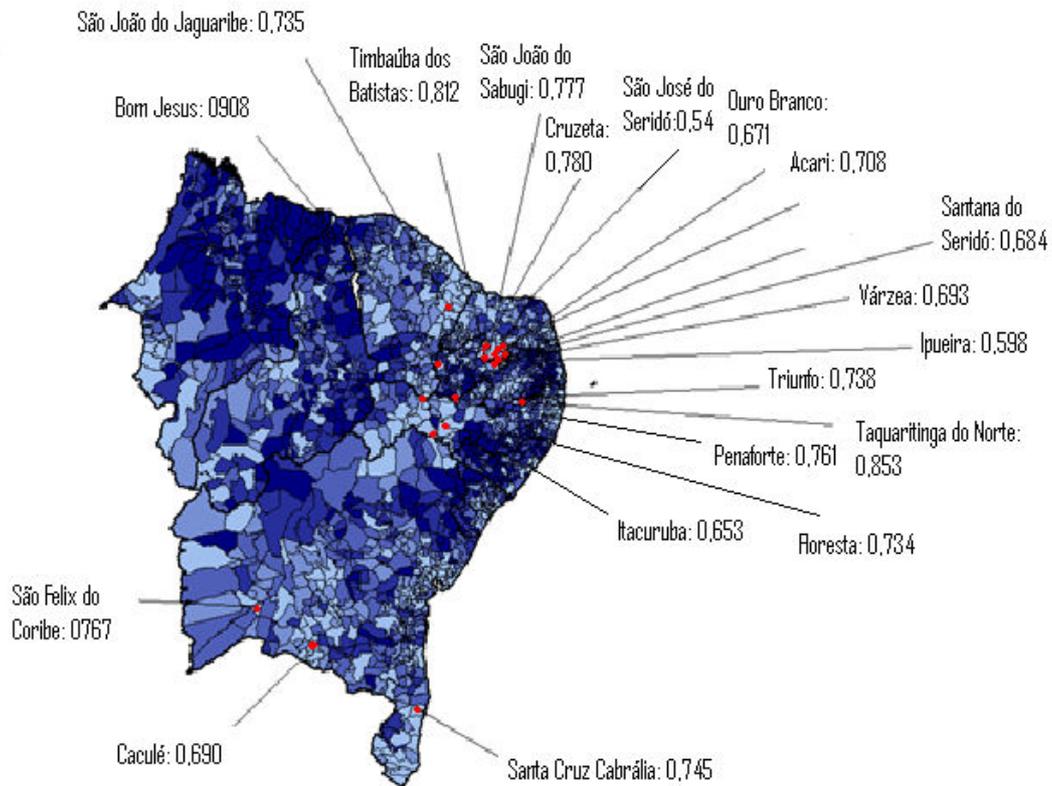
**Gráfico 1: Região Norte**



Podemos observar que há uma linha de tendência, demonstrando a relação entre IDH e Gini. Quando o IDH diminui o índice de Gini aumenta, ou seja, quanto maior a concentração menor é o desenvolvimento da região.

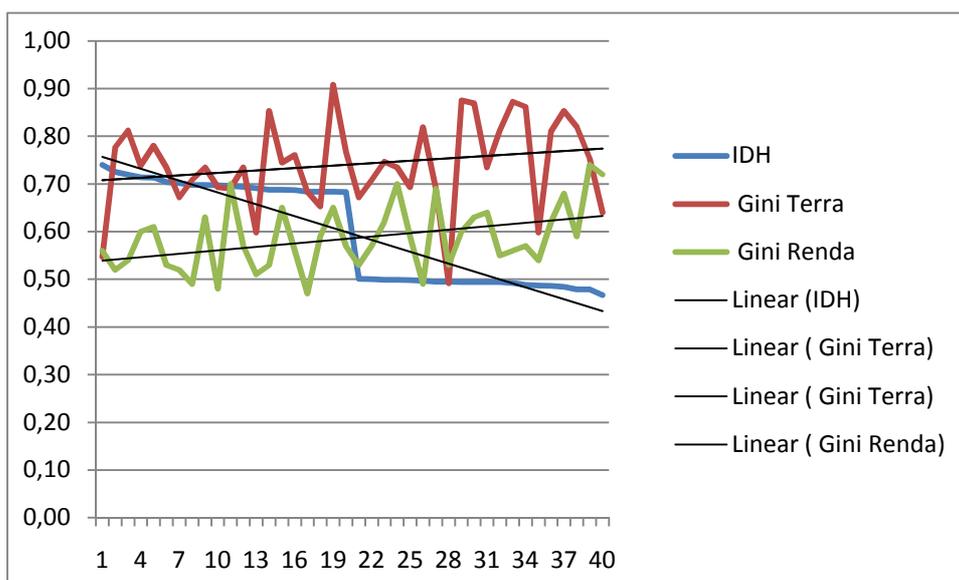
Essa região possui características marcantes sobre sua estrutura fundiária. Formada a partir das investidas para a ocupação da Amazônia, tem presença marcante dos camponeses nordestinos, que migraram para a região em busca de melhores condições de produção e vida. Populações ribeirinhas caboclas e migrantes do Sul também são representativas neste campesinato. Projetos de colonização do Estado, assentamentos rurais e pequenas posses foram as principais formas pelas quais este campesinato se implantou na região. As atividades extrativistas e a pequena produção agropecuária para abastecimento regional são características marcantes. Como no campesinato do Nordeste, no campesinato amazônico os baixos rendimentos e os indicadores sociais abaixo da média expressam a qualidade de vida precária dessa população. A violência sofrida por este campesinato é intensa. (GIRARDI, 2008).

**Figura 2: Mapa Região Nordeste -20 Municípios de maior IDH**



Legenda		
0,467 a 0,569	(365)	
0,570 a 0,597	(369)	
0,598 a 0,621	(358)	
0,622 a 0,648	(348)	
0,649 a 0,862	(347)	

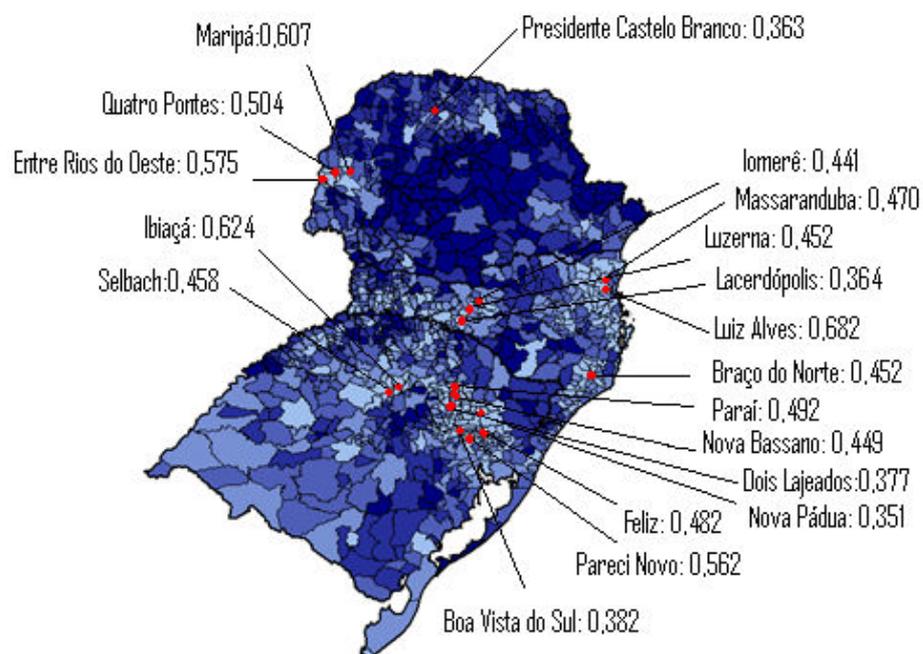
**Gráfico 2: Região Nordeste**



Na Região Nordeste a linha de tendência demonstra que a hipótese inicial da pesquisa se confirma, assim como na região norte. Quanto maior a concentração de terra e renda menor é o desenvolvimento humano da região.

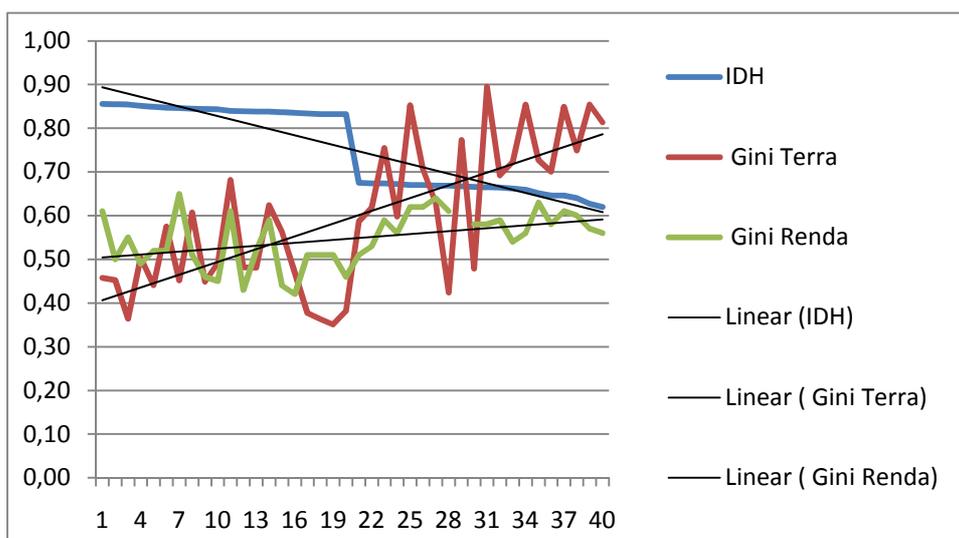
A região nordeste é marcada pelas perdas, expressas principalmente pela baixa produtividade da agropecuária e utilização de meios de produção precários, o que tem como resultado as baixas rendas e indicadores sociais negativos. A principal causa da deficiência deste campesinato está na incapacidade do Estado em promover obras que consigam superar o clima árido da região, o que tem impossibilitado o desenvolvimento da agricultura de forma satisfatória. Na luta pela terra o Nordeste teve importância histórica com as ligas camponesas e hoje é responsável por grande parte das ocupações de terra realizadas no país (GIRARDI, 2008).

**Figura 3: Mapa Região Sul – 20 Municípios de maior IDH**



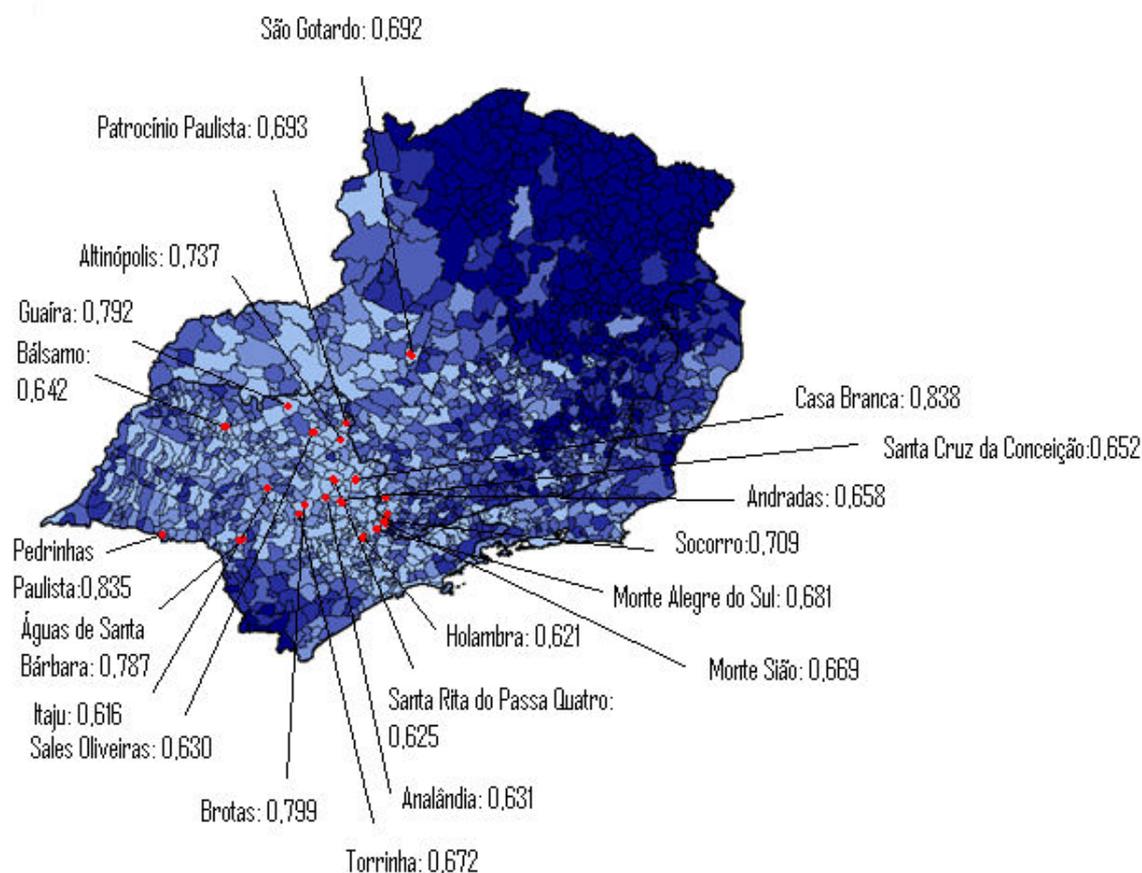
Legenda	
0,620 a 0,734	(235)
0,735 a 0,762	(239)
0,763 a 0,787	(239)
0,788 a 0,810	(223)
0,811 a 0,875	(223)

**Gráfico 3: Região Sul**



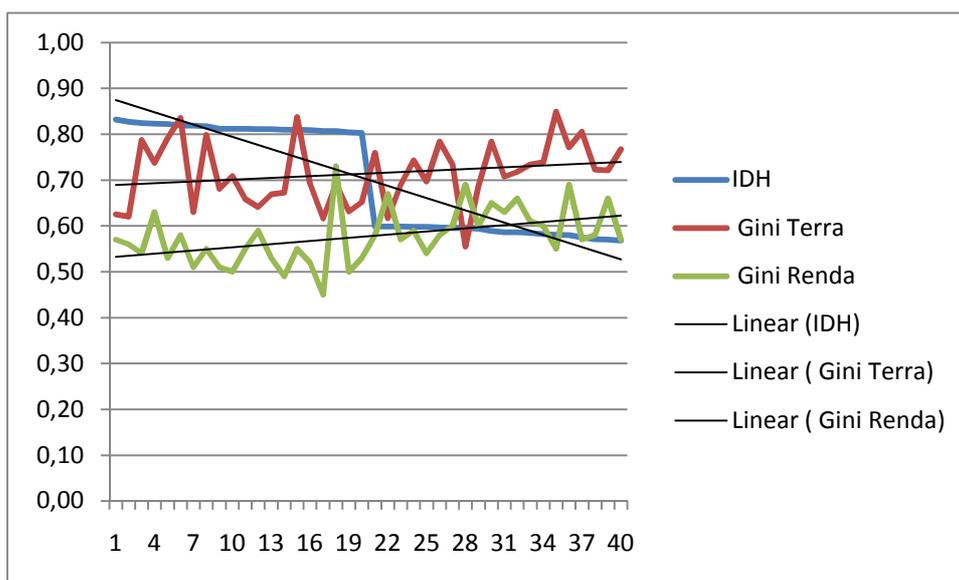
Na região sul a hipótese novamente se confirma, salientando também seus altos índices de desenvolvimento humano. A região Sul segundo Eduardo Girardi (2008), é caracterizada por sua agropecuária diversa e dinâmica. A produção agropecuária do campesinato do Sul é diversificada, com alto grau de produtividade e grande produção. Este campesinato é o que está inserido de forma mais contundente no mercado. Seus indicadores de qualidade de vida e renda são positivos, ultrapassando as médias nacionais. Na luta pela terra, tem grande representatividade e significado, haja vista que o campesinato da região Sul é um dos berços do MST e as ocupações de terra aí são numerosas.

**Figura 4: Mapa Região Sudeste – 20 Municípios de maior IDH**



Legenda	
0,568 a 0,699	(339)
0,700 a 0,743	(342)
0,744 a 0,767	(332)
0,768 a 0,790	(329)
0,791 a 0,919	(324)

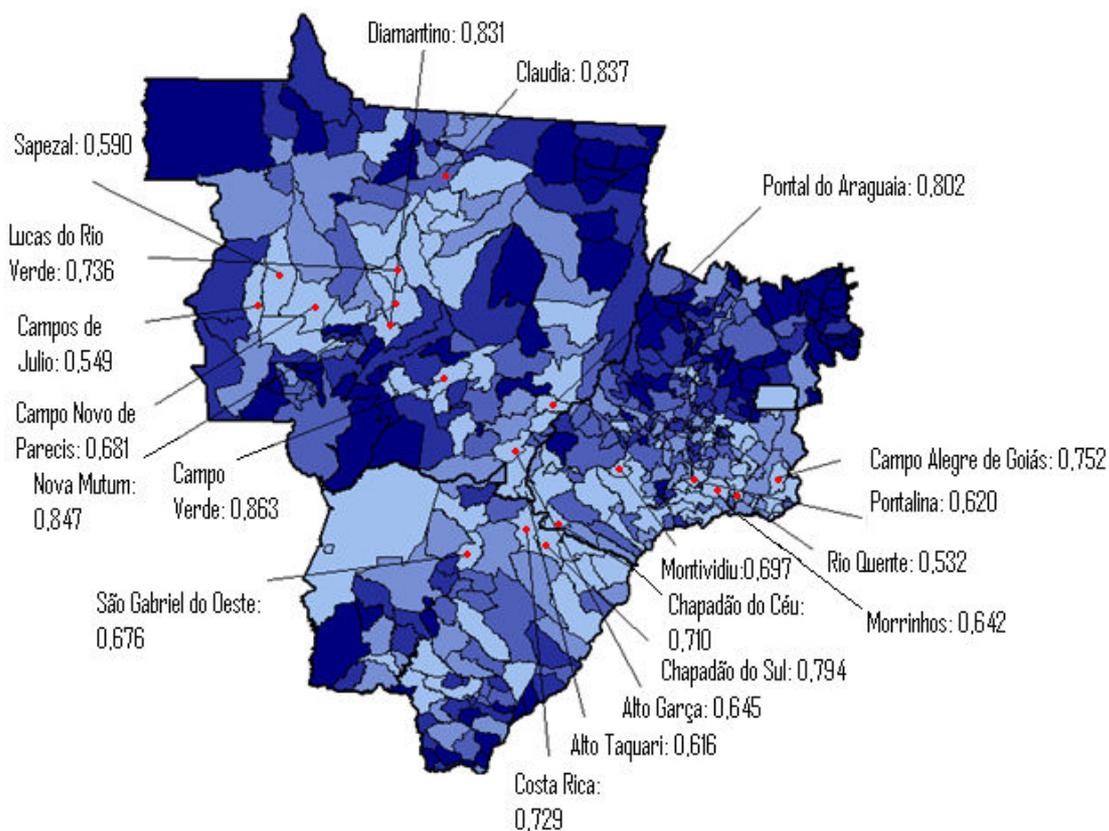
**Gráfico 4: Região Sudeste**



Na região Sudeste mais uma vez observa-se que o IDH diminui e o Gini da terra e renda aumentam. Demonstrando a influência do Gini sobre o índice de desenvolvimento humano.

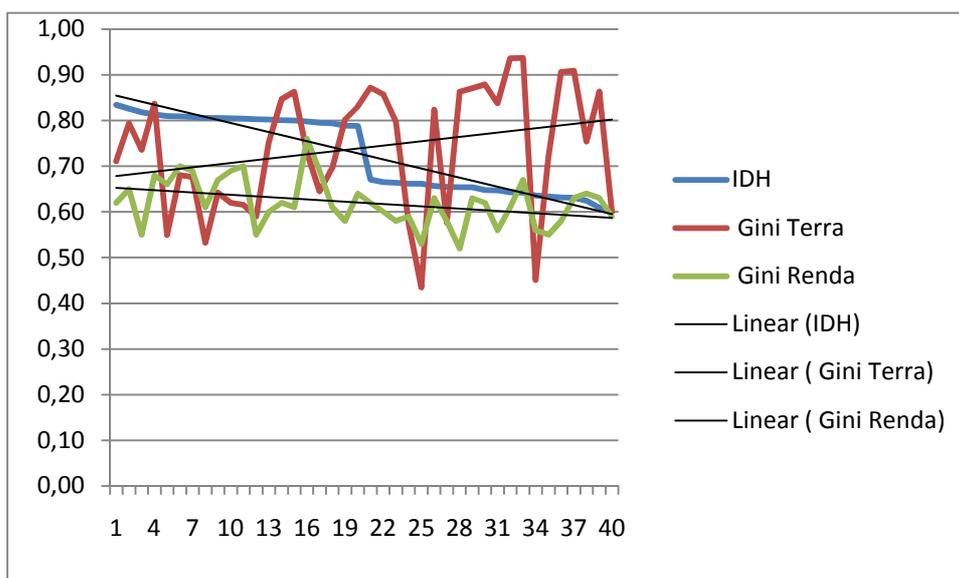
Esta região é responsável por grande parte da produção agropecuária brasileira, tanto em quantidade quanto em diversidade; para o mercado interno e para exportação. Na metade sul desta região predominam as relações camponesas de produção e, na porção norte, as relações de assalariamento. Nesta principal região agropecuária do país também se verifica a maior difusão da mecanização e das práticas modernas em relação ao restante do Brasil. Na sua porção norte, apesar da grande produção, produtividade e diversidade, é inegável a existência de terras ociosas ou com prática pecuária muito extensiva, além da maior concentração da terra. O que acompanhamos atualmente é a transformação dessas áreas ociosas e subutilizadas em lavouras de cana-de-açúcar, sendo que mesmo as áreas desta região utilizadas com outras culturas têm sido transformadas em canaviais (GIRARDI, 2008).

**Figura 5: Mapa Região Centro-Oeste – 20 Municípios de maior IDH**



Legenda	
0,600 a 0,710	(94)
0,711 a 0,729	(92)
0,730 a 0,745	(88)
0,746 a 0,769	(87)
0,770 a 0,844	(85)

**Gráfico 5: Região Centro – Oeste**



Na região Centro - oeste a hipótese se confirma em relação ao Gini da terra porém no Gini da renda observa-se uma divergência das demais regiões. A região centro- oeste possui características peculiares, isso ocorre pela maneira como foi colonizada e pela forte presença dos mini-fundios.

Segundo Eduardo Girardi (2007) uma estrutura elementar da questão agrária no Brasil é a fronteira agropecuária. A região dos cerrados e a Amazônia se tornaram, a partir do final da década de 1960 e início da década de 1970, a nova fronteira agropecuária brasileira. Esse processo não foi espontâneo, mas uma decisão da ditadura militar. Os governos seguintes mantiveram o avanço do processo, que não demonstra sinais de estabilização. A ocupação da região é marcada por muita violência. O crescimento demográfico, desflorestamento e crescimento da pecuária bovina são característicos.

## CONCLUSÃO

A pesquisa tem uma grande importância no processo formativo dos alunos do Curso de Gestão do Agronegócio da FUP, que possuem a oportunidade de acompanhar esse projeto, pois possibilita a observação das necessidades dos agricultores familiares.

Com a pesquisa finalizada, ter-se-á um material que possibilitará conhecer fatores da agricultura que afetam e influenciam o Índice de Desenvolvimento Humano, podendo a partir desses resultados os alunos visualizarem melhor a importância tanto social como econômica da Agricultura Familiar.

A partir desta primeira aliança entre a FUP/UnB e a Contag, abre-se portas para que alunos do Curso de Gestão do Agronegócio conheçam a realidade e estudem mais as questões práticas e teóricas que envolvem todo este cenário.

Neste relatório de estágio pode-se perceber como é importante se ter um conhecimento prévio, nem se quer que seja um conhecimento superficial do que se vai pesquisar. A participação dos seminários e da Marcha das Margaridas trouxe uma aproximação dos agricultores familiares e foram de extrema importância para a atividade de revisão da literatura, pois ajuda a esclarecer a maioria dos pontos antes desconhecidos, permitindo assim compreender e opinar com base no que foi vivenciado. Em muitos momentos, em que eram realizadas atividades de revisão de literatura, havia a comparação entre opiniões apresentadas pelos autores e a obtida previamente no contato com os trabalhadores, o que tornou o relatório mais rico devido o conhecimento prévio do que se estava escrevendo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BITTENCOURT, G. A.; CASTILHOS D. S. B.; BIANCHINI.V.; SILVA. H. B. C.; GUANZIROLI. C. **Principais fatores que afetam o desenvolvimento dos assentamentos de Reforma Agrária no Brasil**. Projeto de cooperação técnica. INCRA/FAO, 2009.

FETZNER,A. B.; SOUZA, A. C.; ARRUDA, D.; GARCIA, R.; DIAS, S.; **CONTAG 40 anos**. Arquivos da CONTAG, 2003.

SAUER, S. **A questão agrária e urbana no Brasil**. Série separatas de discursos, pareceres e projetos n° 187. Brasília DF, Câmara dos Deputados, 2007.

SZMRECSANYI, T.; DELGADO, G; PEDRO, R. **Questão agrária no Brasil: Perspectiva histórica configuração atual**.Ano III. n 3. Brasília, DF: INCRA, 2005.

DELGADO, G. Apresentação Oral no seminário realizado na Contag nos dias 26 a 29 de dezembro de 2011.

SCHMITT, C. Apresentação Oral no seminário realizado na Contag nos dias 26 a 29 de dezembro de 2011.

CARLOS E. **Índice de GINI**. Disponível em: [www.carlosecossia.com](http://www.carlosecossia.com). Acesso em 02 de novembro de 2011.

CONTAG. Disponível em: [www.contag.org.br](http://www.contag.org.br). Acesso em 23 de agosto de 2011.

IBGE. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em: 23 de setembro de 2011.

PNUD **.Desenvolvimento Humano e IDH**. Disponível em: [www.pnud.org.br](http://www.pnud.org.br). Acesso em: 20 de outubro de 2011.